



AZALEIA E A ESTRUTURA DO PATRIARCADO: A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS¹

CLÁUDIA DELBONI

Doutora em História, docente da Universidade Federal da Grande Dourados
claudiadelboni50@gmail.com

Azaleia nasceu na região pantaneira em Aquidauana no antigo Estado de Mato Grosso no ano de 1967. Trouxe uma memória marcada por silêncios, em poucas palavras. A partir da expressão popular “*De déu-em-déu*”, ela expressou a ausência de endereço fixo, uma infância vivida de lugar em lugar. Azaleia narrou lembranças que apontaram para uma história repleta de migrações, foram inúmeras mudanças realizadas *de fazenda em fazenda*, quando a família participou do trabalho de abertura dos pastos e ao término da empreitada partiam em busca de outra jornada.

Azaleia não recordou o curso das migrações realizadas na infância. Mesmo fazendo esforço de puxar o fio da memória ela não conseguiu listar o percurso de mudanças até chegar à cidade. Assim, buscamos os indícios da cronologia das migrações a partir da presença das datas na memória do trabalho e da escola, e assim encontrar indícios das mudanças que acompanharam sua trajetória de vida.

Na passagem pelas fazendas não teve acesso à escolarização. Aos sete anos acompanhava a família para a realização de diversos trabalhos temporários na zona rural de Aquidauana. No período de uma década lembrou apenas da fazenda Cachoeirão como referência de morada. Confidenciou em tom de vergonha, que somente aos onze anos de idade se sentou numa carteira escolar. Foi quando a família partiu para Anhanduí, distrito da cidade de Campo Grande, em 1978, um ano antes da cidade tornar-se capital do Estado, após emancipação do Estado de Mato Grosso.

O significado da ausência da escola remete aos possíveis fatores: primeiramente era mulher e sua não escolarização na dinâmica da família no trabalho do campo era visto

¹ Este trabalho constitui-se num recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida entre os anos de 2013 e 2017, quando realizei a análise da história oral de vida de nove mulheres assentadas no município de Sidrolândia, no Estado do Mato Grosso do Sul. A opção teórico metodológica a história oral de vida resultou na coleta das narrativas das mulheres que vivenciaram a experiência de acampamento, de maneira que suas memórias serviram de indício para pensarmos a maneira pela qual a participação feminina se fez presente na luta pela terra.



como elemento fundante da condição de seus membros. Dessa maneira, o acesso a escola de Azaleia não foi percebido como prioridade, principalmente pelo pai, uma vez que fazia parte do *habitus em que* o processo de socialização das mulheres era voltado para o aprendizado da maternidade e do casamento como regra social. Além do que as sucessivas migrações pelas fazendas tornaram a frequência escolar ainda mais frágil.

Sua memória foi a narrativa da proletarização no campo intensificada nas décadas de 1960 e 1970. Em difíceis condições, muitas famílias “*perambulavam*” pelas fazendas, as quais contratavam os trabalhadores em caráter temporário, até que durasse a derrubada de uma mata, a abertura de um pasto ou mesmo a colheita de uma roça. Impossibilitadas das moradas nas fazendas, as mulheres eram as que mais sentiam as inseguranças das migrações, já que eram responsáveis pela reprodução doméstica em trabalhos que não asseguravam uma de infraestrutura adequada para a sobrevivência das famílias.

A família de Azaleia não se edificou sob os alicerces da representação de uma família “tradicional”, na qual o homem incumbir-se-ia da produção da unidade doméstica da casa. Pelo contrário, seu pai bebia e quem proveu o sustento da família foi a mãe, que conciliou o trabalho assalariado com as inúmeras gestações que totalizaram sete filhos - três homens e quatro mulheres.

As condições de vida da mãe de Azaleia faziam parte da realidade vivida por uma parcela significativa das mulheres pertencentes à classe trabalhadora, que na produção da vida doméstica ocupavam um lugar de pouca interferência no curso das migrações, cujos acertos quase sempre eram realizados pelos maridos. Na condição de esposa elas seguiam a caminhada incumbidas da difícil tarefa da produção e reprodução da família.

Na tradicional divisão sexual do trabalho, Azaleia desde a infância participou da unidade doméstica com o trabalho na casa *dos outros*:

Às vezes a mãe dava os filhos para as famílias, para trabalharmos em troca de roupa e comida. Desde que eu me entendo por gente eu cuido de criança, de limpar a casa dos outros e nunca tive dinheiro: era sempre em troca de roupa e de comida, por que o pai e a mãe não davam conta de cuidar da gente, e por isso fazia isso com os filhos.²

O trabalho das meninas na casa é resultado da história da socialização feminina, na qual a maternidade é o destino. As histórias vividas na infância estavam entranhadas

² ENTREVISTA, Azaleia (Áudio MP 3) Produção: Cláudia Delboni. Sidrolândia, 02/11/2014, 1h e 20 minutos



por relações de gênero. Na visão de Azaleia foi a mãe que a disponibilizou para os trabalhos domésticos assalariados, *dava os filhos para as famílias*. Na perspectiva da mãe era “natural” a mulher realizar trabalhos ligados a reprodução da família, limpar casa e cuidar de crianças: era realização de trabalhos inscritos nos *habitus sociais* como tarefa naturalmente feminina.

E acrescida às relações de gênero temos a exploração de classe, no qual o capital também pactuou com a concepção de que era da natureza feminina cuidar da casa, por isso, pouco pagava pela mão de obra de uma babá, um prato de comida ou roupas, muitas vezes usadas.

Ao longo da década de 1970, o crescimento da economia pecuária na região ocorreu sob a órbita da modernização agrícola, que expropriou os trabalhadores rurais do acesso à terra, bem como da moradia na fazenda. As vilas que se despontaram neste contexto, eram também moradas de peões que traziam suas famílias que formavam a mão de obra volante, que foram contratadas por baixos salários, tanto pelos fazendeiros, quanto pelos moradores mais abastados do vilarejo.

A família de Azaleia foi integrada ao circuito do capital que avançou no contexto da agricultura brasileira. Restava-lhe, assim, continuar a trajetória de trabalhadora, como mão de obra, ainda mais desvalorizada, por ser menor de idade. Trabalhava nas casas *dos outros* como estratégia da economia familiar, na medida que resultou em “menos bocas” para serem alimentadas, assim como a aquisição de roupas usadas no seio de suas respectivas famílias.

A mãe trabalhava num restaurante do vilarejo para prover o sustento da casa e contava com a presença dos filhos maiores para os cuidados com os menores. Com a passagem do tempo representado na expressão “*ai*”, a mãe experimentou a árdua tarefa de prover o sustento na produção e reprodução da família, mas por outro lado acumulou forças para desvencilhar-se do marido que gastava nos bares o salário que recebia como assalariado da indústria de asfalto.

A ruptura do casamento ocorreu em meio ao tempo do acúmulo de forças pela mãe, com os filhos crescidos. Por mais de uma década a mãe experimentou um casamento, no qual a tradicional divisão sexual do trabalho não foi cumprida pelo cônjuge, mesmo assim ela prosseguiu no seu papel de reprodução da família: foram nove



gestações. Pensar nos motivos que conduziram para a longevidade do matrimônio jamais poderíamos perder de foco que ela era parte de uma sociedade que socializa homens e mulheres para obediência aos papéis sociais.

A mãe era herdeira de um *habitus social*, enquanto lei socialmente incorporada transmitida por uma economia simbólica, que estabelece o modelo tradicional do papel masculino e feminino a ser desempenhado socialmente. Nesta divisão as mulheres são socializadas para a criação dos filhos, tal como para o casamento, que segundo Pierre Bourdieu é um dos dispositivos sociais que não podemos desconsiderar na contabilidade dos diferenciais de poder. Segundo o autor:

Um outro fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica: isto, com o apoio permanente e explícito que a família, principal guardião do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito. (2010, p.115)

Desvencilhar-se do casamento não foi tarefa fácil, ela precisou reunir as condições concretas para o empreendimento, bem como romper com os valores normativos, transmitidos pelas práticas sociais desde a infância, quando os corpos femininos são subjetivados para o matrimônio. Era por meio do casamento que se legitimava o exercício da sexualidade e do reconhecimento social perante a ordem que organiza as relações sociais.

Com quinze anos foi trabalhar em um restaurante em Anhanduí, onde a mãe trabalhava. Época que rememorou pela sua magreza, quando as pessoas diziam que um vento poderia carregá-la. Nesse contexto o tempo da escola foi substituído pelo trabalho de copeira: nele cresceu, enamorou e casou-se com Luiz, que também trabalhava no restaurante.

A vida *difícil* não amenizou após o casamento, ela não conseguiu deixar para traz o trabalho pesado da infância e da adolescência, pois quando adulta acumulou o trabalho assalariado com as tarefas domésticas, intensificadas com a maternidade dos três filhos, que na narrativa apareceu como o lado positivo do casamento, uma *graça de Deus*.

Após quinze anos de trabalho no restaurante, o proprietário do restaurante propôs o fim da carteira assinada, em benefício de um contrato regulado pelo pagamento de diárias, que eles pagavam quando *podiam e queriam*. Azaleia não aceitou a proposta de



trabalhar sem a regulamentação do trabalho, preferiu a demissão e seguir no casamento numa cidade maior. Azaleia preferiu ficar em casa, atitude logo seguida pelo marido.

O fim do matrimônio dos pais resultou em esforços para auxiliar na subsistência da família, uma vez que a separação foi marcada pela ausência paterna, que em nenhum momento foi mencionado após a separação. Sobre a mãe ainda mencionou:

Quando o meu pai largou da minha mãe tinha minhas irmãs pequenas, eu até levei uma para morar comigo, só que não deu certo por causa do meu marido, porque a gente quer uma coisa e o marido quer outra. Eu ficava com dó das minhas irmãs, que sofreram muito, porque a mãe ia para um lado para outro, ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe. Assim que ela se separou do meu pai mudou-se para Campo Grande, onde amigou com um rapaz e foi morar no Comodato em Iraci Coelho. A união não deu certo, ela arranjou um novo marido, que conseguiu um lote num assentamento e para lá se mudaram. (AZALEIA, 2014)

Percebia a mãe como desorientada, *ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe*. Azaleia não compreendia as dificuldades da mãe diante da responsabilidade de manter sozinha o sustento das filhas e o desemprego vivido no acordo do restaurante que se impôs a todos os funcionários. Era analfabeta, não tinha qualificação profissional que exigia os trabalhos nas cidades. A tentativa de outros casamentos e a partida para Campo Grande foi o caminho seguido, quando ingressou na luta pela terra e foi morar nos acampamentos que despontavam no Estado ao longo da década de 1980, levando junto as filhas que ainda estavam solteiras.

Azaleia não seguiu o destino da mãe na luta pela terra, apresentada sem detalhes na sua narrativa, apenas mencionou como época que ela *ia para um lado para outro*. Este era o cenário na qual despontava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oriundo do Sul do país, que se instalou no cenário político do recém Estado de Mato Grosso do Sul.

As mudanças nos acampamentos resultavam das dificuldades da organização de firmarem a mobilização, diante da repressão policial, tal como do incipiente apoio dos governos no avanço da reforma agrária. Na caminhada da luta, a mãe conquistou um lote destinado a reforma agrária. Sobre a trajetória do barraco de lona vivido pela mãe, Azaleia mencionou de passagem, *a minha mãe sempre foi acampada então ela dizia "Vai lá minha filha, você consegue!"*.



Nos barracos de lona a mãe encontrou a experiência de mobilizações, junto a um coletivo que se aglutinou ao longo da década de 1980 em prol do trabalho na terra. Ela ingressou na “*espiral da luta pela terra*” que se alimentava das carências sociais nas periferias das cidades: era um movimento social que investiu na formação da identidade *sem terra* para impulsionar a ação dos sujeitos para ocupações dos latifúndios improdutivos. Entretanto, Azaleia, adulta achava que aquela vida não era para ela, apesar do desejo do marido de possuir um *pedaço de terra*.

Integrar o MST na década de 1980 representou uma prática de enfrentamento que a luta desencadeava na vida dos seus integrantes. As constantes expulsões dos acampamentos resultavam em mudanças dos barracos de lona preta pelas diversas ocupações realizadas no Estado, em rodovias, praças e fazendas. Azaleia pouco rememorou sobre o percurso da sua vida matrimonial.

Talvez porque as lembranças remetessem a um período que pouco determinou o curso da sua história: estava casada, não mais sobre a influência do poder do pai, mas sob a tutela dos desejos do marido que não aceitou a presença da irmã. Sob a justificativa de que amava muito o marido, cedeu a suas exigências e caprichos.

Diante da divisão sexual do trabalho as mulheres são responsabilizadas pela ordem da família, Azaleia permaneceu atrelada ao papel da esposa submissa aos desejos do marido, mesmo contrariada. Afinal o marido era reconhecido pelo Estado como o chefe de casa, responsável pelas propriedades da família. Como poderia Azaleia contrariar o marido na defesa da irmã dentro de sua casa?

A presença da mãe no MST resultou no convite para ingressar na luta pela terra. Entretanto, Azaleia não aceitou o convite, pensava *que eu não ia dar com aquela forma de vida* de enfrentamento, marcada por despejos, repressão policial, o *vai e vem* nos acampamentos. Neste momento, a mudança para a capital do Estado pareceu-lhe como possibilidade de ascensão social, com oferta de trabalho para o casal. A mudança foi amparada por relações de parentesco, quando permaneceram *morando de favor*.

Em Campo Grande, Azaleia realizou o sonho da casa própria, construiu a família com o nascimento de três filhos e ocupou-se dos cuidados da família ao longo de duas décadas, *era sossegada, calma* em suas palavras, o passo que o marido tornou-se artesão e estabeleceu um ponto na feira da cidade. Ela viveu a relação conjugal de maneira que



desempenhou um papel socialmente desvalorizado, marcado pela divisão sexual do trabalho, no qual o exercício da produção doméstica, realizado no âmbito da casa, não foi computado como produtivo e não concretizou em relações monetárias: era *o trabalho dobrado* que mencionou em sua história. Os afazeres domésticos eram considerados como trabalho acessório que ajuda a família no plano simbólico, uma vez que ele não participa da produção de mercadorias, e desse modo seu trabalho era percebido como voltado para consumo. Sobre o assunto escreveu Bourdieu:

Esse trabalho doméstico passa, em sua maior parte, despercebido, ou mesmo malvisto [...] e, quando ele se impõe ao olhar, ele é desrealizado, transferindo-o ao plano da espiritualidade, da moral e do sentimento, o que facilita seu caráter lucrativo e “desinteressado”. O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiros aos membros da família, e sobretudo às crianças. (2010, p.117)

Na economia de troca dos bens simbólicos o trabalho de Azaleia tornou-se menor que a atividade do marido, que ocupou o espaço público das relações sociais, consideradas produtivas perante o ordenamento que rege as práticas sociais, como um *habitus sociais*. Até que um dia o marido insatisfeito com sua atitude disse-lhe, *para você tanto faz a água correr para cima quanto para baixo*. Ela incomodou-se com tal fala e resolveu partir para a luta, na busca da valorização de seu trabalho, *eu gostava, eu amava muito ele, eu queria ajudá-lo de alguma forma*.

A memória de Azaleia ainda estava condicionada a um *habitus* social que ratificava a desvalorização do seu trabalho e legitimava sua posição de inferioridade no espaço privado da casa. Ela não reconhecia o valor da economia doméstica que desempenhou na consolidação da família, e desta maneira sancionou a superioridade do trabalho do marido no provento da família, tal como a invisibilidade do seu trabalho.

Azaleia estava enredada pelas representações sociais construídas por relações de gênero, que constroem identidades de homens e mulheres. Os cuidados com os filhos, com a casa, com a comida e com a roupa, não foram reconhecidos como trabalhos, mas como ajuda, um papel secundário na trama do casamento. E uma forma de compensar a proteção recebida no casamento e aliviar as insatisfações do marido no cômputo conjugal, ela sentiu-se no dever de mobilizar forças para a realização dos anseios dele, afinal os



esforços necessários para preservação dos laços matrimoniais são tarefas das esposas. Azaleia comprometida com a união sentiu-se compelida a *mudar o curso do rio*, na expectativa de fortalecer o matrimônio.

Dedicada ao casamento, ela decidiu assumir a luta pela terra uma vez que o cônjuge manifestou a expectativa de possuir um sítio. Estava disposta a realizar a vontade dele e desse modo acessou a rede de mobilização do MST, esta marcada por relações interpessoais, laços de vizinhança e amizade que movem uma ocupação. (LOERA, 2006, p.42)

O acesso ao MST ocorreu através da mãe, que conquistou o lote de terra na década anterior junto às mobilizações do MST. Ela pertencia à *espiral da luta terra*, conhecia a obrigação de assentada, de alimentar os cadastros do MST, com a indicação de possíveis candidatos para reforma agrária. E, desta maneira, Azaleia narrou seu ingresso na luta pela terra, que ocorreu no ano de 2005, para compor a formação de um acampamento no Capão Seco, no município de Sidrolândia.

Neste momento, em que buscava mudanças na vida conjugal, o caminho de *Sem Terra* trilhado pela mãe serviu-lhe de exemplo. Diferente da época de recém-casada, quando sentiu *dó* das irmãs, diante da precariedade material vivida nas ocupações pelos municípios do Estado e ainda responsabilizou a mãe pela falta de *juízo*. Não aceitou sua sugestão para adentrar na luta pela terra, *pensava que não daria com aquele jeito*, tinha casa própria, vivia a criação dos filhos e a certeza da trajetória no casamento no espaço da cidade.

Depois de uma década transcorrida, em meio a década de 2000, a situação matrimonial havia se modificado. As motivações de ingresso no acampamento não eram financeiras, uma vez que a família havia alcançado um mínimo de estabilidade econômica na capital, possuía moradia e um ponto na feira para comercializar os objetos produzidos pelo marido, o qual era autônomo e vivia da produção e venda dos seus artesanatos.

Assim, em tom de vergonha, ela confidenciou as incertezas vividas no casamento no trânsito para o acampamento, *A turma falava para mim que ele era muito safado, o povo falava o que a gente não vê. Quando a gente gosta muito a gente sabe das coisas, mas gente não quer enxergar*. Azaleia viveu para o casamento, dedicou-se na consolidação da família tinha consciência do papel de subalternidade na relação conjugal,



a gente sabe das coisas, no entanto preferiu não *enxergar* as traições. Admitir a infidelidade era assumir o fracasso do matrimônio, bem como o seu desempenho enquanto esposa: a insatisfação do marido era sua responsabilidade.

Considero importante refletir sobre o consentimento de Azaleia na relação do casamento, ela percebeu as transgressões do marido, mas não admitiu perante o *povo*. Preferiu assumir a estratégia da luta pela terra para trazê-lo de volta para a unidade doméstica, pois tinha a esperança de que atendendo ao seu desejo de posse de um sítio reconquistaria sua admiração. As reflexões filosóficas da Genevieve Fraisse ajudaram a pensar as experiências vividas por Azaleia:

Los sexos no están fuera de la historia que se construye; más aún, los sexo hacen la historia, hacen también la historia. Siendo así, el argumento invocado o reivindicado del consentimiento debe tomarse muy en serio. Em su versión individualista, el argumento “es mi elección”, no tiene grandes alcances, aunque pueda parecerle suficiente a los militantes llamados “liberales”. Puede satisfacer a algunos, a algunas, pero basta con subrayar el limite de una práctica individual, fuera de contexto, social, política o histórica, para que cualquiera comprenda que así no se puede llegar muy lejos. (2012, p.101)

Para a autora, a construção das diferenças sexuais faz parte do processo histórico que constroem as diferenças, tal como as diferenças sexuais constroem o devir da história. Em contraposição ao ideário liberal, que atribui aos indivíduos a autonomia para realizar suas escolhas pessoais, livres das inscrições sociais, ela argumenta que para se compreender as práticas sociais faz-se necessário levar em consideração os contextos históricos, sociais, político no qual os indivíduos estão inseridos de maneira que não suprima as inscrições coletivas nas ações dos sujeitos na história.

Na perspectiva liberal questionada pela autora, Azaleia seria a única responsável pelas suas escolhas, contudo é importante analisar a atitude de Azaleia imbricada com as relações sociais, sua prática estava inserida num contexto que legitimava a dominação masculina. A liberdade de colocar fim as traições do marido, estava circunscrita pelo medo de colocar fim ao casamento, visto que era dever de mulher submeter a autoridade do marido.

Ela era um corpo feminino marcada pelas regras sociais e na esperança de salvar o casamento, optou por silenciar o adultério e seguiu numa luta que não lhe interessava. Mesmo sem vontade de viver na zona rural e *calma* com a vida de casada na cidade,



mostrou-se disposta a provar para o marido que não era acomodada, conforme sua acusação.

Enquanto mulher seguiu um roteiro traçado pelas estruturas coletivas e executados por diversas mediações sociais, tais como, famílias, escolas, igreja, partidos políticos, políticas públicas, as quais enfatizam o casamento com destino e naturalizam a maternidade como essência feminina, esta dotada da capacidade de submeter-se ao adultério do marido. Todavia, o ingresso de Azaleia na luta pela terra veio acompanhado da negativa do marido de ocupar o barraco de lona, rememorada em tom de ironia:

Quando eu decidi ir, o meu marido desistiu, mas nessa altura estava decidida a continuar. Então, propus que fizéssemos um revezamento de quinze dias para cada um no acampamento, assim ele poderia mandar as coisas para mim no acampamento. Ele concordou, fomos e ficamos acampados na BR do assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia, meu marido ficou trabalhando em Campo Grande. (AZALEIA, 2014)

Na negociação dos desejos do marido para prosseguir na luta pelo sítio, Azaleia partiu levando a filha de cinco anos, pois os demais filhos já estavam adultos e não aceitaram tal desafio. Apesar do combinado, o marido não cumpriu com o tratado e numa visita ao acampamento, disse-lhe que não voltaria *para aquele lugar*. Posteriormente, quando ela retornou para Campo Grande ele a pressionou, dizendo, *eu quero que você decida: você vai ficar comigo ou com as terras?* O cotidiano do acampamento respingou sobre suas certezas no matrimônio assim recordadas:

Eu fiquei muito triste, então a turma falou que logo as terras seriam cortadas, mas sempre eles falavam que estava perto de cortar e o povo ia adiando. (..) Então, eu pensei e falei, *olha eu quero os dois, quero você e as terras, mas se você não quiser vou fazer o que? Eu quero as terras!* (AZALEIA, 2014)

Neste contexto, ela havia se identificado com coletivo das mobilizações, com o espaço público das negociações do MST, conforme ela afirma: *você acaba se entranhando ali dentro e se acostumando*. Paulatinamente, na luta pela terra ela recuperou a autoestima, perdida na condição do casamento, na subalternidade do trabalho doméstico e contrariou os desejos do marido na relação conjugal. Respondeu-lhe que permaneceria na ocupação, detalhe que este foi o único momento da entrevista que confidenciou o nome do então ex-marido, possivelmente porque nesta resposta estava incutida o caminho do divórcio, porque agora ela desejava a terra, mais do que o Luís.



O ingresso de Azaleia na luta pela terra não ocorreu a partir da formação em movimentos sociais que a despertaram para a injusta estrutura fundiária no país. Naquele exato momento ela entrou porque amava *muito* o marido e não porque tinha a consciência que pertencia a uma classe social injustiçada na partilha das riquezas econômicas.

Ela optou pelo acampamento porque toda família aderiu à luta pela terra: ela participou da *espiral das ocupações*, que as mobilizações engendraram com o estabelecimento dos assentamentos rurais. Conquistar um lote foi o combustível da luta, no qual a experiência de assentado serviu de modelo para parentes, vizinhos e amigos para o ingresso no MST. Assim, a mãe de Azaleia colocou à disposição das ocupações os três filhos, que imbuídos pelo sentimento de parentesco, também aceitaram o intento de participarem das construções dos barracos de lona.

A história vivida por Azaleia na trajetória do acampamento ocorreu em meio ao emaranhado de tramas: ela viveu o entrecruzamento da luta pela terra com o fim do matrimônio. Como ela optou pela luta, o marido procurou mecanismos para desestabilizá-la diante do seu interesse em permanecer no acampamento. A chegada da intimação para o divórcio, impetrada por ele e conduzida pelo oficial da justiça ao espaço do acampamento, foram concomitantes às ameaças feitas pelo marido, de que ela perderia os filhos na precária situação do barraco de lona, *neste momento o mundo desabou sob a minha cabeça!*

Depois de duas décadas dedicada a economia doméstica, Azaleia viu todos os investimentos pessoais ameaçados: o casamento, a maternidade, o patrimônio material. O anúncio do divórcio, em meio a ocupação no acampamento, tornou sua situação vulnerável. Não tinha profissão e nem escolaridade, dedicou-se para os cuidados da casa e da família, socialmente considerados como ajuda secundária.

Estava debaixo do *barraco de lona* e o anúncio do fim do matrimônio resultou desamparo econômico, já que a renda era controlada pelo ex-marido que manteve o ponto na feira, além das ferramentas utilizadas na produção dos artesanatos. Enquanto ela permaneceu com medo de não ser reconhecida perante a juíza, como capaz de exercer o papel de maternidade da filha que a acompanhou para o cotidiano do acampamento.

Diante da ameaça de perder a guarda da filha, a preocupação com a divisão dos bens patrimoniais da família pareceu-lhe menor, *queria saber dos meus direitos sobre os*



filhos, era única coisa que me interessava. Todavia, a Lei do Divórcio assegurou-lhe o direito sobre o patrimônio constituído sobre o casamento, tanto que logo a Juíza, atentou para estabelecer sua renda na partilha e a necessidade de se chegar a um acordo: ela não tinha o direito somente à guarda dos filhos, mas também às posses da família.

Neste momento, as mulheres integrantes do MST serviram-lhe de amparo para Azaleia que ficou *desesperada, chorava dia e noite*, mas com o apoio das mulheres acampadas encontrou forças para prosseguir no desejo de conquistar a terra. Mesmo que as relações de gênero não fossem a tônica da organização, as mulheres estavam presentes nas mobilizações e permeadas pelos avanços nas conquistas femininas na esfera do Direito: no ano de 2003 uma portaria emitida pelo INCRA, viabilizou a propriedade do uso da terra no nome das mulheres.

A presença feminina acrescida pelo ideal de transformação social proposta pela organização propiciou a necessidade de posicionamento da comunidade, que na condição de vizinhos acompanharam-na audiência como testemunhos de seu direito de exercer a guarda da filha.

Na trajetória da ocupação desenvolviam-se diferentes relações de sociabilidades e de solidariedade que se estabeleciam entre vizinhos, parentes e lideranças. A identidade de *Sem Terra* era construída, em torno de uma comunidade diversificada, organizada para a luta e vitalizada pelo otimismo das lideranças do MST que acenava com a vitória das mobilizações sobre as terras improdutivas, *a turma falou que logo cortaria as terras, mas sempre é assim, eles falam que está perto e você fica, só que o povo vai adiando, e não sai.*

Era estratégia da organização indicar a proximidade do fim da luta com o corte dos lotes, enquanto forma de incentivar as famílias, uma vez que a desapropriação dependia da mobilização de seus integrantes. Dessa maneira, Azaleia, apoiada pela irmã e a *turma* do acampamento, fez a escolha de estabelecer-se na luta e legalizar o divórcio.

Antes de ingressar no acampamento ela achou que não iria adaptar-se à realidade das mudanças, dos barracos de lona, com a convivência coletiva que as atividades exigiam. Na privacidade do casamento olhava a luta da mãe com estranhamento, os barracos de lona alinhavados pelo coletivo das mobilizações contrastavam com a intimidade da casa, na qual os desejos do marido se constituíam em trajetória da família.



Não obstante, em menos de um ano, depois de três acampamentos suas ideias se modificaram. Reuniões, passeatas e assembleias abriram-lhe os horizontes dos espaços públicos, antes ocupado pelo marido. Ela amava o marido, assim o processo de separação foi marcado por oscilações dos seus desejos, dessa maneira recordado:

Depois de muito tempo que ele viu que eu conseguiria a terra, ele ficava indo atrás de mim, ainda fiquei com ele um tempo, eu ainda gostava muito dele, até que um dia ele mandou eu ir ao salão, arrumar o meu cabelo. Ele queria que me transformasse e eu querendo agradá-lo, pintei o meu cabelo de loira. Até que um dia eu falei, *não quero enfeitar boneco para ninguém!* Ele queria ser dono de mim, dono das lutas e eu não aceitaria mais isso. [...] Então eu resolvi e falei, *ah, eu não quero mais!* Então nos afastamos, nunca mais conversamos. (azaleia 2014)

Num período de quase dois anos ela notou a flexibilização das ações do ex-marido diante da luta, quanto este percebeu que o tempo do acampamento estava se findando, *ele ficava indo atrás de mim*. Diante disso, conciliou várias lutas: a ocupação do barraco junto com a filha; a participação no Movimento, condição necessária para a conquista do lote e conduziu o divórcio e a partilha dos bens que ocorreu em meio as discussões e ofensas perante as audiências na justiça.

A violência patrimonial vivida por Azaleia constitui-se numa manifestação da violência de gênero bastante comum nos processos de separação. Impedir a mulher do acesso a renda dificulta-lhe a realização da sua autonomia, tal como desfazer-se de um matrimônio permeado por relações assimétricas de poder. Até pintou o cabelo de loira para agradá-lo, mas paulatinamente percebeu que não queria mais *enfeitar boneco para ninguém*, e compreendeu que ele queria ser o *dono dela, o dono da luta*, e rompeu com o casamento. E a terra que ela lutou para o marido, a partir de então seria dela.

Em 2006 Azaleia tornou-se titular do lote no assentamento João Batista em Sidrolândia/MS, paulatinamente ocupou a terra conquistada, denominada de sítio. Atravessou inúmeros desafios desde a chegada ao lote definitivo, quando tratou de fazer a mudança do barraco de lona para o lugar definitivo, junto com a filha de cinco anos de idade, rememorado com um misto de alegria e tristeza pela solidão do acontecimento, mudamos “para um lugar ainda mais longe. Eu não tinha carro, não tinha dinheiro para pagar carro para levar as minhas coisas. Como eu iria? Fomos a pé e de bicicleta. Levamos cada tombo de bicicleta”. (AZALEIA, 2014)



Sozinha nos trabalhos do lote, precisou recorrer ao trabalho assalariado em um mercado do assentamento, enquanto retomou os estudos. Conquistou a casa de alvenaria e os recursos do Pronaf, com o qual incrementou a aquisição do rebanho, que chamava de *minhas vacas*. Aos poucos, dedicou-se aos trabalhos informais para a geração de renda e desse modo produziu doce de leite no quintal e o comercializou nas feiras de Sidrolândia, agregando valor ao leite produzido no sítio. Individualmente, ela construiu uma cadeia produtiva que perpassou pela criação do gado, a ordenha da vaca, o cozimento do leite e, por fim, a comercialização do doce. Sobre a condição de estar sozinha na luta pela terra resumiu da seguinte maneira:

Porque eu passei muito sofrimento por ser sozinha, pois o povo não respeitava a gente, porque era mulher sozinha, se você pedia para um homem fazer alguma coisa para você, ele já ia com outras intenções, porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar. É mais é nesse sentido que não foi fácil. (AZALEIA, 2014)

Enquanto *habitus social*, o casamento era socialmente valorizado e a sua condição de divórcio, tornava-a disponível para satisfação dos desejos masculinos, *porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar*. Em consonância com os valores do patriarcado, as mulheres eram percebidas como dependente de um homem, o qual exerceria o papel de chefia. Caso contrário, eram vistas como mulheres afeitas à satisfação dos desejos sexuais imposta pela dominação masculina, *ele já ia com outras intenções*.

Responsável pela unidade doméstica e pela produção do sítio, desdobrou-se em várias frentes de trabalhos: assalariada, cozinheira, comerciante, estudante, além da produção do lote e dos quintais, especialmente na criação de gado leiteiro como as demais assentadas. Todavia, sofreu um revés na condição de assentada, quando a filha com doze anos mudou-se para Campo Grande, para cuidar da neta que havia nascido e a filha sem acesso a creche, contou com ajuda da irmã para retornar ao trabalho. Este evento foi narrado com profundo sentimento de dor por Azaleia.

A partida da filha abalou seu projeto de futuro para o sítio, na medida que planejou deixá-lo de herança para ela, que participou da sua conquista. Era uma maneira de compensá-la pelo trabalho prestado, como um direito assegurado pela difícil luta nos acampamentos. Um dos barracos de lona foi montado no dia de seu aniversário de cinco anos, entre as lágrimas de criança, na resistência ao difícil trabalho de estar na luta pela terra.



Diante do pedido da filha mais velha, Azaleia não encontrou argumentos para negar o seu pedido. A filha não queria ir, mas Azaleia convenceu-a devido a necessidade do momento, com o argumento de que na cidade teria mais possibilidades de estudos, além do que ficava muito tempo sozinha no barraco de lona devido a diversas tarefas que precisou desdobrar-se. Contudo, o que Azaleia não esperava é que nesta trajetória ela se adaptasse ao mundo urbano e não se interessasse mais pelo lote. O espaço do acampamento tornou-se pequeno para os sonhos da filha.

O distanciamento da filha a impossibilitou Azaleia de transmitir os valores do campo, baseados nos valores de uso da terra, *o sítio é a melhor coisa*. Atraída pelos valores de consumo da cidade, a filha não se interessou mais pelo sítio, *quer shopping, esse negócio de tecnologia*. A interrupção do convívio no assentamento resultou no distanciamento do cotidiano vivido na terra, desse modo Azaleia não conseguiu assegurar para a filha a memória de sua luta, a qual foi percebida não como conquista, mas como lugar de sofrimento. Ela que apostou na possibilidade de escolarização da filha fora do assentamento contribuiu para distanciá-las dos laços identitários que as firmavam enquanto *Sem Terra*, e a aproximou do modo de vida urbano e da desvalorização do campo.

Para compreender a saída da sua filha buscamos as reflexões antropológicas de Elisa Guaraná Castro sobre a saída dos jovens, especialmente as mulheres, dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro, assim escreveu sobre o assunto:

Em Eldorado “ficar” ou “sair” apresenta-se como paradoxo. Os mesmos adultos/pais que tratam como problema a “saída dos jovens” do campo por meio de expressões como *Os jovens estão indo embora!* apontam a justeza de buscarem um futuro melhor. Este discurso também é traduzido em estratégias familiares de manutenção do lote, que envolvem formas de “sair” ou de associar trabalho no lote e atividades externas. De um lado, os pais/adultos tecem críticas à falta de responsabilidade do *jovem* com o trabalho na roça e com a terra da família, e, de outro, sonham com um *futuro melhor* para *seus filhos*. (2006, p. 251-252)

Tal como no assentamento Eldorado, Azaleia viveu no assentamento João Batista o *paradoxo* da partida da filha, ela que aceitou a sua mudança agora estranhava seu interesse pela tecnologia, pelos shoppings e culpava-a pela falta de interesse pelo sítio. O sonho de um *futuro melhor para a filha* resultou no abandono do sítio conquistado com lágrimas. Dessa maneira, contrariou as expectativas da mãe, deixando-a profundamente



entristecida, o choro no momento da entrevista foi expressão desse paradoxo. Por fim, ela percebeu na trajetória construída a negação dos seus anseios, uma vez que o acesso à universidade não se apresentou para a filha no cenário urbano, mas sim para ela que permaneceu na consolidação do assentamento.

A opção pela escola acompanhou a trajetória de Azaleia, quando cursou o Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao término do terceiro ano do Ensino Médio assistiu a oferta dos cursos de licenciatura no espaço do assentamento. No cotidiano da escola foi orientada pela professora de matemática para que aproveitasse a oportunidade da presença de uma universidade pública, mesmo não sendo o curso almejado, depois dentro da universidade ela pensaria no futuro. Azaleia agradeceu pelos conselhos recebidos, pois eles foram valiosos na sua trajetória no assentamento, ela passou no vestibular e estava satisfeita com o curso. Embora tenha dispendido poucas informações sobre processo de formação, ele foi fundamental para assegurar o trabalho no assentamento que desejava. Antes da conclusão do curso conseguiu aulas na escola do assentamento, quando estava cursando o último ano no curso em Licenciatura do Campo.

A trajetória de Azaleia tornou-se referência para algumas jovens e mulheres do assentamento, que durante as entrevistas mencionaram sua história como possibilidade de novos tempos. No espaço da luta pela reforma agrária ela realizou o sonho da escolarização e se consolidou como docente no assentamento³.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 9ª Ed. Rio de Janeiro : Bertand Brasil, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução de hierarquias. In. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília/DF : Ministério do Desenvolvimento Agrário : NEAD, 2006.

³ No ano de 2019 sua filha retornou para o assentamento e com certeza aliviou o sentimento de solidão na consolidação do lote. Todavia, no ano de 2021 sua trajetória foi interrompida por um trator, que atravessou a pista MS 258 e impossibilitou seu desvio (ela trafegava de moto em direção a rodovia que conduz a cidade de Campo Grande). Azaleia tinha 53 anos e deixou uma memória repleta de exemplos de resistência que nos inspiram a luta pela autonomia feminina, diante de um mundo marcado por relações de gênero, que caracterizam a estrutura do patriarcado.



FRAISSE, Genevieve, *Del Consentimento*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

LOERA, Nashieli Rangel, *A Espiral das Ocupações de Terra*. São Paulo : Polis; Campinas, SP , UNICAMP, 2006.